

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XVII
INTRODUÇÃO.....	XXI
<b>CAPÍTULO 1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>1</b>
1.1 Considerações iniciais e metodologia da pesquisa	1
1.2 Definição de sistema do direito.....	3
1.3 Definição de norma jurídica .....	12
1.4 Definição de tributo e a regra-matriz de incidência tributária.....	21
<b>CAPÍTULO 2 NORMA DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA</b>	<b>29</b>
2.1 Norma de competência tributária em sentido estrito	29
2.1.1 Enunciados da norma de competência tributária em sentido estrito que limitam a escolha do sujeito passivo tributário.....	39
2.1.1.1 Enunciados constitucionais .....	39
2.1.1.1.a Princípio da capacidade contributiva .....	39
2.1.1.1.b Princípio da vedação à tributação com efeitos de confisco	52
	XI

2.1.1.1.c Princípio da estrita legalidade e a reserva de lei complementar.....	61
2.1.1.2 Outros enunciados que limitam a escolha do sujeito passivo tributário: as disposições específicas do Código Tributário Nacional sobre a matéria. ....	67
2.2 Definição dos conceitos de responsável e responsabilidade tributária .....	86
<b>CAPÍTULO 3 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA: NORMA GERAL E ABSTRATA .....</b>	<b>91</b>
3.1 Responsabilidade tributária: natureza jurídica determinada pelo fato descrito no seu antecedente ...	91
3.1.1 Responsabilidade tributária sancionatória ...	92
3.1.2 Responsabilidade tributária por interesse ou necessidade .....	103
3.2 Repercussão jurídica .....	107
3.2.1 Modalidades de repercussão jurídica.....	109
3.3 Responsabilidade Tributária x Responsabilidade Civil.....	115
3.3.1 Características da Responsabilidade Civil .....	116
3.3.2 Paralelos entre Responsabilidade Civil e Responsabilidade Tributária .....	124
3.4 Classificação dos sujeitos passivos tributários .....	132
3.4.1 Nossa classificação.....	138
3.5 A responsabilidade no Código Tributário Nacional: enfoque no cálculo de relações com a regra-matriz de incidência em sentido amplo .....	139
3.5.1 Breves considerações sobre o cálculo de relações normativas .....	139

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA: SOLIDARIEDADE E SUBSIDIARIEDADE

3.5.2 Responsabilidade por sucessão .....	151
3.5.2.1 Conteúdo e alcance do artigo 129 do CTN .....	160
3.5.3 Responsabilidade de terceiros.....	173
3.5.4 Responsabilidade por infrações .....	183
3.5.5 Substituição tributária.....	187
3.5.5.1 Substituição convencional, para trás, para frente e o regime monofásico de tributação .....	198
3.5.6 Síntese da responsabilidade tributária no CTN	202
3.6 Considerações conclusivas .....	203
<b>CAPÍTULO 4 SOLIDARIEDADE E SUBSIDIARIEDADE ...</b>	<b>205</b>
4.1 Metodologia da abordagem .....	205
4.2 Solidariedade Civil.....	206
4.2.1 Solidariedade passiva .....	207
4.2.2 Classificação da solidariedade passiva: paritária e dependente .....	209
4.2.3 Solidariedade: relação jurídica única ou múltipla? .....	210
4.3 Obrigações com benefício de ordem: solidariedade ou subsidiariedade? .....	219
4.4 Solidariedade tributária e o artigo 124 do CTN .....	226
4.4.1 Solidariedade decorrente do “interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal” – artigo 124, I, do CTN .....	229
4.4.1.1 Solidariedade entre pessoas jurídicas que integram grupo econômico.....	242
4.4.1.2 Matriz e Filial: solidariedade ou sujeito passivo singular? .....	250
	XIII

4.4.2 Solidariedade decorrente de “disposição legal” – artigo 124, II, do CTN .....	255
4.4.2.1 Um exemplo de solidariedade passiva previsto na legislação – artigo 13 da Lei n. 8.620/93 .....	262
4.5 O artigo 134 do CTN: hipótese de solidariedade ou de subsidiariedade? .....	271
4.6 O artigo 133, II, do CTN: outra hipótese de respon- sabilidade subsidiária .....	284
4.7 Efeitos da solidariedade tributária – artigo 125 do CTN .....	296
<b>CAPÍTULO 5 RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUB- SIDIÁRIA: NORMA INDIVIDUAL E CONCRETA ...</b>	<b>305</b>
5.1 Breves considerações sobre a metodologia da abor- dagem .....	306
5.2 Modalidades de constituição do crédito tributário: lançamento, lançamento por homologação e auto de infração e imposição de multa .....	309
5.2.1 A individualização do sujeito passivo como requisito de validade do ato de constituição do crédito tributário .....	322
5.2.1.1 A necessidade de individualização do sujeito passivo e a extensão do direito de escolha do credor nos casos de soli- dariedade tributária .....	324
5.2.1.1.a Diálogo com a Doutrina .....	325
5.2.1.1.b Diálogo com a jurisprudência	343
5.2.1.1.c Diálogo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ..	351
5.3 O “ônus” da prova do fato que implica a responsabi- lidade solidária.....	358

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA: SOLIDARIEDADE E SUBSIDIARIEDADE

5.4 Alterabilidade do lançamento: revisão de ofício e invalidação.....	374
5.4.1 Revisão de ofício do lançamento .....	376
5.4.1.1 Revisão de ofício: instrumento hábil para promover alteração no elemento subjetivo passivo do ato de lançamento? ....	380
5.4.2 Invalidação do lançamento em processo administrativo de controle de legalidade.....	387
5.4.2.1 Individualização de um único sujeito no polo passivo do lançamento nas hipóteses de solidariedade: vício formal ou vício material? .....	393
5.4.3 Consequências decorrentes da individualização de um único sujeito passivo no lançamento por homologação.....	401
5.5 Considerações conclusivas a respeito da constituição do crédito tributário nas hipóteses de subsidiariedade .....	402
CONCLUSÕES .....	405
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	421